



A Santa Sé

***DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS PARTICIPANTES NO CONGRESSO PROMOVIDO
PELO PARTIDO POPULAR EUROPEU***

Quinta-feira, 30 de Março de 2006

*Ilustres Parlamentares
Senhoras e Senhores!*

Sinto-me feliz em receber-vos por ocasião dos Dias de Estudo sobre a Europa organizados pelo vosso grupo parlamentar. Os Pontífices Romanos prestaram sempre uma especial atenção a este Continente. Por conseguinte, a audiência de hoje é oportuna e insere-se numa longa série de encontros entre os meus predecessores e os movimentos políticos de inspiração cristã. Agradeço ao Deputado Pöttering as palavras que me dirigiu em vosso nome e manifesto-lhe, assim como a todos vós, as minhas cordiais saudações.

Actualmente a Europa deve enfrentar questões complexas de grande importância, como o crescimento e o desenvolvimento da integração europeia, a definição cada vez mais completa da política de proximidade no seio da União e o debate do seu modelo social. Para alcançar estes objetivos, será importante inspirar-se, com fidelidade criativa, na herança cristã que contribuiu de modo particular para forjar a identidade deste continente. Valorizando as suas raízes cristãs, a Europa será capaz de oferecer uma orientação segura às opções dos seus cidadãos e das suas populações, fortalecendo a sua consciência de pertencer a uma civilização comum, e alimentará o compromisso de todos para enfrentar os desafios do presente para o bem e para um futuro melhor.

Portanto, aprecio o reconhecimento, da parte do vosso grupo, da herança cristã da Europa que oferece orientações éticas preciosas para a busca de um modelo social que satisfaça adequadamente as exigências de uma economia já globalizada e responda às mudanças demográficas, garantindo crescimento e progresso, tutela da família, iguais oportunidades na

instrução dos jovens e solicitude pelos pobres.

Além disso, o vosso apoio à herança cristã pode contribuir de modo significativo para derrubar aquela cultura tão difundida na Europa que limita na esfera privada e subjectiva a manifestação das próprias convicções religiosas. As políticas elaboradas partindo desta base não só implicam o repúdio do papel público do cristianismo, mas, mais em geral, excluem o compromisso com a tradição religiosa da Europa, que é tão clara apesar das suas variedades confessionais, ameaçando desta forma a própria democracia, cujo vigor depende dos valores que promove (cf. *Evangelium vitae*, 70). A partir do momento que esta tradição, precisamente no que podemos definir a sua união polifónica, transmite valores que são fundamentais para o bem da sociedade, a União Europeia só pode receber um enriquecimento do compromisso com ela. Seria um sinal de imaturidade, ou até de debilidade, optar por se opor a ela ou por ignorá-la, em vez de dialogar com ela. Neste contexto, é necessário reconhecer que uma certa intransigência secular demonstra ser inimiga da tolerância e de uma visão sadia da sociedade. Portanto, sinto-me feliz pelo facto de o tratado constitucional da União Europeia prever uma relação estruturada e permanente com as comunidades religiosas, reconhecendo-lhes a sua identidade e o seu contributo específico.

Sobretudo, tenho esperança de que a realização eficaz e correcta deste relacionamento comece agora, com a cooperação de todos os movimentos políticos independentemente das suas orientações. É preciso não esquecer que, quando as Igrejas ou comunidades eclesiais intervêm no debate público, manifestando dúvidas ou recordando certos princípios, com isso constitui uma forma de intolerância ou uma interferência porque tais intervenções são unicamente destinadas a iluminar as consciências, permitindo que elas se movam livre e responsabilmente segundo as exigências autênticas de justiça, mesmo quando isso pudesse entrar em conflito com situações de poder e com interesses pessoais.

No que se refere à Igreja Católica, o interesse principal das suas intervenções no campo público é a tutela e a promoção da dignidade da pessoa e, por conseguinte, ela chama conscientemente a uma particular atenção aos princípios que não são negociáveis. Entre eles, hoje emergem os seguintes:

tutela da vida em todas as suas fases, desde o primeiro momento da concepção até à morte natural;

reconhecimento e promoção da estrutura natural da família, como união entre um homem e uma mulher baseada no matrimónio, e a sua defesa das tentativas de a tornar juridicamente equivalente a formas de uniões que, na realidade, a danificam e contribuem para a sua desestabilização, obscurecendo o seu carácter particular e o seu papel social insubstituível;

tutela do direito dos pais de educar os próprios filhos.

Estes princípios não são verdades de fé mesmo se recebem ulterior luz e confirmação da fé. Eles

estão inscritos na natureza humana e, portanto, são comuns a toda a humanidade. A acção da Igreja de os promover não assume, por conseguinte, um carácter confessional, mas dirige-se a todas as pessoas, prescindindo da sua filiação religiosa. Ao contrário, esta acção é tanto mais necessária quanto mais estes princípios forem negados ou mal compreendidos porque isto constitui uma ofensa contra a verdade da pessoa humana, uma grave ferida infligida à própria justiça.

Queridos amigos, ao exortar-vos a ser testemunhas críveis e coerentes destas verdades fundamentais através da vossa actividade política e mais basilarmente através do vosso compromisso de levar uma vida autêntica e coerente, invoco sobre vós e sobre a vossa obra a permanente assistência de Deus, em cujo nome concedo a minha Bênção Apostólica a vós e a quantos vos acompanham.

© Copyright 2006 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana